

LINGUAGEM DE ESCRAVOS: EM BUSCA DE REGISTROS HISTÓRICOS

TANIA MARIA ALKMIM
UNICAMP

1. INTRODUÇÃO

Se, com relação à escravidão em geral, à vida cotidiana de senhores e escravos, os historiadores nos oferecem um quadro rico e profundo, muito pouco nos é dito sobre a linguagem dos escravos brasileiros. Diante da existência de poucos registros, resta a tarefa de garimpar fontes indiretas que, embora mediadas pelo caráter de representação, fornece pistas. Pistas essas que nos permitem colocar algumas questões e formular algumas hipóteses.

Pretende-se, aqui, a exemplo de um trabalho anterior (Cf ALKMIM (1995), focalizar a questão da linguagem de escravos a partir do romance *Rei Negro* de COELHO NETO (1914). Antes de mais nada, cabe apontar que a opção de utilizar uma fonte escrita e literária como fonte de documentação de linguagem oral comporta riscos sérios.¹ Ainda que o vínculo histórico, em nossas sociedades letradas, entre o oral e o escrito seja uma realidade, a experiência dos lingüistas recomenda cautela no trato com fontes escritas. Ao lado disso, a natureza literária de uma fonte nos obriga a enfrentar uma situação ainda mais perigosa: a intenção de simular a realidade lingüística. Vale o que está escrito? Apenas em parte? De modo algum? Cada caso é um caso? Não pretendemos teorizar aqui sobre a natureza e o valor testemunhal da literatura frente aos dados linguagem. Ponderamos, embora sem oferecer argumentos convincentes, que vale a pena assumir o risco de uma postura positiva. Nesse sentido, consideramos que os dados lingüísticas - como os outros aspectos das obras literárias - são reveladores da realidade histórica. Em consequência, os dados assim obtidos são tomados como representação de uma oralidade original.

¹ A questão da linguagem dos escravos no Brasil nos coloca sempre diante do dilema da busca de registros pertinentes e confiáveis. A utilização de fontes escritas para a reconstrução de estados anteriores de línguas ou para a discussão de fatos lingüísticos é um procedimento normal na Lingüística. Particularmente, com relação à linguagem de escravos no Brasil, estudiosos como Serafim da SIILVA NETO, Renato MENDONÇA, etc, fizeram contribuições importantes.

II *REINEGRO*. Romance bárbaro. COELHO NETO (1914)²

Publicado 26 anos após a libertação dos escravos, o romance *REI NEGRO* tem como tema central o drama da escravidão. O romance se revela valioso para a questão que nos interessa aqui pelo fato de que, produzido em um momento ainda próximo da vigência da escravidão, procura retratar realisticamente a vida de escravos em uma fazenda do Vale do Paraíba, perto da cidade do Rio de Janeiro. Os leitores do romance são confrontados assim com o mundo cultural de uma senzala, em que as interações sociais entre os próprios escravos e entre escravos e senhores ganham vozes distintas: negros e brancos falam diferentemente. Os dados com relação à fala de escravos ganham força e valor não só pela abundância mas sobretudo pelo uso coerente e consistente das marcas utilizadas na caracterização dos personagens.

Trata-se da história trágica do negro Macambira - o rei negro do título - que de escravo sério e trabalhador transforma-se em assassino do filho do seu senhor para se vingar de um ultrage tão comum aos humilhados pela condição servil: Lúcia, sua noiva, violentada pelo “sinhozinho” às vésperas do casamento, engravida e morre de parto. O mundo dos brancos - ordeiro e produtivo - representado pelo senhor e sua família é apenas delineado. A realidade marcante é a indigência moral e social dos escravos: intrigas, sujeira, desordem inveja, solidão, indolência, lascívia, pobreza, sofrimento. Entre um mundo e outro, estão Macambira, negro nascido no Brasil, filho de rei africano, altivo, homem de confiança absoluta do seu senhor, e a mucama Lúcia, mestiça de uma mulata com um alemão, educada como branca. À parte de tudo e de todos, está a escrava africana Balbina: feiticeira, solitária, temida, única amiga de Macambira. Balbina cuida dos porcos mas, em seus tempos de liberdade, pertenceu à corte do rei mina³ Munza, pai de Macambira. É ela que mantém o vínculo de Macambira com a terra ancestral: memória da tradição religiosa, dos costumes, das paisagens e da língua.

O universo romanesco do *REI NEGRO* nos oferece um posto de observação muito interessante para uma reflexão de natureza lingüística. É que podemos constatar, em um plano, uma oposição “fala de senhor” e “fala de escravos”, e outro plano, a existência de distintas ‘falas de escravo”.

III AFRICANOS E CRIoulos: VOZES DISTINTAS.

Os dados lingüísticos do *REI NEGRO* nos oferecem inicialmente o contraste óbvio entre a linguagem dos senhores brancos e a dos escravos. Por exemplo:

- Gandra (senhor da fazenda Cachoeira): “*Pois não, os molengas andam por aí presos a rabos de saias e tu, um rapaz novo, forte... Não, senhor! Não está*

² O romance, também foi publicado em francês (1920) e em alemão (1922), recebeu ásperas recriminações do crítico José Veríssimo pelo modo como o autor explorou o tema da sexualidade.

³ Mina: Povo da região ocidental da África.

direito... Precisamos ver isso. Nem os bichos do mato vivem dêsse modo, êles lá se arranjam. Tens casa, uma roça, dinheiro junto. “(p. 1094).

- Clara (mulher de Gandra): *“Já viram só? Pois não é que a descarada vem fazer queixa do menino! Burra! Em vez de ficar orgulhosa por meu filho dar confiança à lambuzona da negrinha, o diabo estica as trombas como grande coisa. Ah! Vergalho!”* (p. 1081).
- Donária (escrava do eito): *“É p’rocê vê. Aquela songamonga. Ocê s’ispanta... Eu é qui nunca m’inganei c’aquilo. Mulata di cabelu ruivo, ôio nela. A mim, ela nunca inganô. Muito luxu, muita fidúcia p’ra s’istrepá nu muxiba. Porquêra!”*. (p. 1104).

Observando, particularmente, os personagens escravos, vemos esboçar-se uma situação diversificada em que marcas linguísticas distintas sin identidades e inserções sociais também distintas. Concretamente, percebemos um continuum de variedades de fala, em cujos pólos se situam, de um lado, a “fala branca” da mucama letrada Lúcia e, de outro lado, a “fala negra” da feiticeira africana Balbina. Entre os extremos, a fala do “rei negro, Macambira e dos escravos em geral.

É fato que COELHO NETO (1914) carrega nas tintas da caracterização dos personagens - aliás como tantos outros autores que trataram do tema da escravidão⁴: a mucama é lindíssima, Macambira é um exemplo de altivez, Balbina é repulsiva, os negros, em geral, são grosseiros, quase primitivos. Mas quanto ao que nos interessa, o importante é que os escravos do romance se distinguem:

- etnicamente: escravo crioulo x escravo africano;
- socialmente: mucama x escravo do eito ou braçal.

A distinção no plano sócio cultural tem interessante equivalência no plano linguística. É assim que vemos:

- a mucama Lúcia, integrada ao mundo branco, falar como os personagens brancos;
- os escravos braçais, pertencentes ao mundo da senzala, se valerem de uma linguagem marcadamente diferente.

E ainda, vemos uma distinção importante com relação à fala dos escravos braçais. Há:

- a fala dos escravos crioulos, onde se incluem Macambira e outros;
- a fala da escrava africana Balbina, cuja fala, com “tropeços” próprios a não nativos com marcas privativas em relação aos outros escravos, pode ser identificada como uma “fala de estrangeiro”.

⁴ Por exemplo: Joaquim Manuel de Almeida, Bemardo Guimarães, Júlio Ribeiro. José do Patrocínio, etc..Cf, a respeito, SAYERS (1958).

IV OBSERVANDO FALAS: ANÁLISE DE DADOS.

Deixando, intencionalmente, de lado o exame dos dados relativos à fala da mucama Lúcia⁵ consideraremos apenas a fala de Macambira - que em nada difere da fala dos outros escravos - e a de Balbina. Abundantes e variados, os dados contidos nas referidas falas chamam a atenção do leitor. Observemos, agora, algum trechos dessas falas:

- Macambira:

- (1) *"Não, ocê não anda boa... Ocê não come, não dorme dirêto, é incafuada nus canto, chorando. Modi quê? Ocê sente a'guma cõsa? Sente? [] Ocê quê a gente sai amenhan di madrugada - eu tenho d'í na Barra, ocê pruvêta u carro lenha i damo uma chegada no seu dotô Custod'o. Êle teve aqui na sumaria passada... visita agora só p'r'u mês. Mió é a gente i lá. Êle vê ocê i tá cabado. Quê?"* (p. 1142).
- (2) *Sê quê fazê uma cõsa? Quê? Vida cabô pra mim. Sê tá vendo magrém? tá vendo? Sê quê vê? óia! [I Tá ansim. Vida pra quê? [..] Sê quê fazê uma cõsa? Quê? óia, eu fico aqui di noite, sê, lá imbaxo, bóta tenção ni Nhô Julinho, vê êle. Quando êle fo' na Barra, mode muié, tá uvindu? Sê acende fogo im cima da pedra, perto di bananêra, mod'eu vê."* (p. 1236).
- (3) *"Sés quê tomá pagode cumigo?"* (p. 1199).
- (4) *"S'ocê tá cum mêdo eu falo cum sinhô e êle manda Tibúrcio nu meu lugá. Tempo tá bom, tropa é sigura."* (p. 1155).
- (5) *"Ocê vai vê- eu vou i vórto e ind'ocê demora. E isso mêmo não custa."* (p. 1156).

- Balbina:

- (6) *"Ocê é zêri mêmo- é zêri túru, ocê. Quem óia ocê vê Munza, ré di noss..."* (p. 1084).
- (7) *"Dêxa Lúcia. Lúcia não tem nada. Isso é ansim mêmo. Magreza é d'estado dêle. Não come, não dorme ... uai! corpo sente, corpo não é di ferro. Dêxa êle intrá nos seis mês i isso tudo passa."* (p. 1155).
- (8) *"Cõsa é p'r"hoje mêmo, [..]; siná tá í. Agora é ocê dêxá di moleza. Fica aí quieto enquanto eu vê tudo."* (p. 1162).
- (9) *"Qui vai fazê, sinhô? Zêri teve criança, criança tá i, vivo. Gente fêz tudo módi sangui pará, sangui tá i. Cumu é? Genti móri ni mão di dotô quanto mai ... Tava lá sozinha, mái zêri. Dó vem di repente. Cumu é? Muié di nhô Bentu, antonce? dotô não tava lá? i êle não morê? Qui vai fazê? Sinhô podi mandá castigá, genti não podi mai di qui Deus. Genti fez tudo, morte chegô. Qui vai fazê?"* (p. 1171).
- (10) [Gandra: *"Que é? Que queres aqui?"*] [Balbina:] *"Quê falá cum sinhô. [] Quê falá cum sinhô só."* (p. 1172).

⁵ Trecho de fala de Lúcia: *"Bem feito! Quem te mandou? Eu não disse que não viesses pelo mato? Tu não tomas emenda ..."* (p. 11 14).

- (11) “... *Quem vai criá ocê? preta véia? [...] Sê tá nu bem bom preta véia é qui vai vê.*” (p. 1183).
- (12) “*Sinhô pricisa i lá. Zêri morê.*” (p. 1173).
- (13) “*Sinhô veio aqui, bateu eu, pisô.*” (1215).

Um rápido exame dos trechos relativos a Macambira nos faz observar os fatos mais evidentes⁶:

- a) Redução de ditongos orais e nasais: como em “*direto*”, “*pruvêta*”, “*dotô*”, “*Custod’o*”, “*côsa*”, “*cabô*”, “*imbaxo*”, “*uvindu*”, “*bananêra*”, “*home*”. Encontraremos, ainda, em outros trechos exemplos como: “*dêxa*”, “*detá*”, “*sôbe*”.
- b) Qualidade vocálica de:
- pretônicas, como em: “*incafuada*”, “*pruvêta*”, “*sumaná*”, “*amenhan*”. Em outros trechos: “*dipois*”, “*iscravo*”, “*pirigo*”, “*inxada*”, “*sussêgo*”, “*disingana*”, “*ubriga*”, “*imendá*”, “*duente*”.
 - monossílabos, como em: “*nus*”(nos), “*di*”, “*il*”(e), “*im*”(em). Em outros trechos: “*quis*”, “*ti*”, “*cm*”, “*mi*”.
 - vogais átonas finais, como: em “*uvindu*”. Em outros trechos: “*tudu*”, “*genti*”, “*sabi*”, “*sangui*”.
- c) Semivogal em lugar de consoante palatal, como em: “*óia*”, “*muié*”. Em outros trechos: “*véia*”, “*iscoie*”, “*fio*”.
- d) Ausência de r final: como em “*quê*”, “*i*”, “*doto*”, “*mói*”, “*faz*”, “*fô*”, “*tomá*”. Em outros trechos: “*sinhô*”, “*lugá*”, “*fervê*”, “*sê*”.
- e) Ausência de s posvocálico: como em “*damo*”. Em outros trechos: “*adeu*”, “*ante*”, “*má*”, “*bamo*”, “*mêmo*”.
- f) Ausência ou alteração de I posvocálico: como em “*a’gumá*”, “*vorto*”. Em outro trecho: “*naturá*”.
- g) Aféreses e apócpes: como em “*ocê*”, “*p’ru*”, “*cabado*”, “*cabô*”, “*tá*”. Em outros trechos: “*teve*”, “*rependida*”.
- h) Elisões: como em “*d’i*” (de+ir), “*mod’eu*” (mode+eu). Em outros trechos: “*Qu’ é qu’ocê tem*”, “*s’ocê*” (se+ocê), “*ind’ocê*” (inda+ocê), “*co’a*”, “*j’ é hora*” (já+é+hora), “*fic’ansim*” (fica+ansim).
- i) Ausência de marca nominal (redundante) de número: como em “*nus canto*”. Em outro trecho: “*essas botina*”.
- j) Ausência de marca verbal de número-pessoa: como em “*Sés quê...*” Em outro trecho: “*Sés a mode qui tá drumindu.*”
- k) Pronome da forma sujeito em função de objeto: como em “*vê élé*”. Em outros trechos: “*não dêxa ela*”, “*sê viu êle?*”, “*Dêxa eu*”, “*Quê ela?*”.

⁶ Não serão discutidos dados de natureza lexical.

l) Ausência de artigo definido: como em “*Vida cabô pra mim*”, “*perto di bananêrá*”, “*Tempo tá bom tropa é sigura*.”. Em outros trechos: “*Fala verdade!*”, “*Abeia cunhece dono*”, “*Home tá duro*”, “*carro sai ante das quatro*”, “*Criança morreu.*”, “*Sê não tá vendo mata?*”, “*ôia, véia, cabeça and’ansim.*”.

m) Presença da locução (a) mode (que):

- como interrogativo causal: “*modi quê?*”. Em outro trecho: “*A mode qu’ocê tem mêdo di mim?*”.
- como conectivo de causalidade: “*Quando êle fô na Barra, mode muié..... Em outro trecho: “Encosta a porta mod’u frio.*”.
- como conectivo de finalidade: “*perto di bananêra, mod’eu vê.*”.
- como conectivo de modalidade: “*Sés a mode qui tá drumindu...*” (‘vocês estão de modo como se estivessem dormindo’).

Os trechos relativos à Balbina repetem fatos idênticos àqueles observados em Macambira mas, apresentam também características inteiramente novas. O traço mais saliente da fala de Balbina - recorrente em numerosos trechos - é a presença da forma “*zêri*” como equivalente a um pronome pessoal. É assim que “*zêri*” refere-se a Macambira em (6) e à Lúcia nas duas primeiras ocorrências em (9). Em outros trechos, há indicações - os exemplos não são conclusivos - de que “*zêri*” refere-se a um conjunto de pessoas, isto é, parece remeter-se a uma pluralidade como em:

(14) [Ao perceber a aproximação do grupo de escravos, constituído por antigos integrantes do reino de Munza, que vinha homenagear Macambira, Balbina exclama:] “*Macambira, zêri vem aí, fio.*”.

(15) [Macambira pergunta à Balbina como ela soube que ele estava em casa. Balbina responde:] “*Foi Juana qui disse. Tudú mundu sabi qu’ocê vem, sinhô- tudu sabi. Sê acendi luz, zêri vê.*”. Como se pode notar, a forma “*zêri*” se apresenta invariável com relação à categoria de gênero e, aparentemente, também, com relação à de número. Encontramos também o mesmo fenômeno de invariabilidade de gênero em:

- (7), em que o possessivo “*dêle*” (“*Magreza é d’estado dêle.*”) refere-se à Lúcia.
- (7) e (9), em que o pronome “*êle*” se refere, respectivamente, à Lúcia (“*Dêxa ele...*”) e à “*muié di nhô Bentu*”.
- (8), em que o adjetivo “*quieto*” refere-se à Lúcia (“*Fica aí quieto...*”).

A invariabilidade de gênero atinge também o demonstrativo *esse* que é usado para ser inanimado (em lugar de *isso*) e para ser feminino (em lugar de *essa*), como:

(16) “*Esse é cambuquira*”⁷

(17) “*Óia só esse pobre coitada.*”

⁷ Cambuquira: nome de erva

Um outro traço marcante da fala de Balbina diz respeito à representação do sujeito do discurso: Balbina usa a expressão “*preta véia*” para referir-se a si mesma. É o que vemos em (11) (“...*preta véia?* [...] *preta véia é Qui...*”). Em outro trecho, Balbina dirige-se à escrava Donária: “*U qu’ocê fêz numa preta véia, qui podia sê sua mãe, Deus Noss’Sinhô tá oiando*”.

Também podemos observar, em Balbina, a ausência de flexão de pessoa e de tempo. Assim, temos ausência de marca de 1a. pessoa do presente, como em:

- (8) “... *enquanto eu vê tudo.*” e em (10) “*Quê falá cum.....* Em outros trechos, vemos: “*Sê pensa qu’eu tá qui mod’inchê bariga d’ocê?*”, “*E agora ? quê qu’eu vai dá ocê?*” e também a ausência de marca de 3a. pessoa do passado, como em:
- (9) “*i êle não morê?*” e (12) “*Zêri morrê*”. Em outros trechos, encontramos: [Macambira pergunta à Balbina: “*Criança morreu mêmo?*”. Balbina:] “*Morrê*”, “*Antonce sê fugi mêmo? Sê fugi ... ?*”.

Vale considerar ainda a ausência de preposições de complementos verbais indiretos como em (13) “... *bateu eu...*” Em outro trecho, vemos: “*E agora? qu’ê qu’eu vai dá ocê?*”.

Com relação a fatos de natureza fonética, Balbina se distingue de Macambira apenas quanto à ocorrência de *r* em lugar de *d* como em “*turu*”, e quanto à ocorrência de *r* brando em lugar de *r* forte como em “*morê*”.

Há diferenças significativas entre as representações de fala de Macambira e de Balbina. Em nossa opinião, está em jogo a representação da fala de um escravo crioulo e de um escravo africano. Se no plano das marcas de natureza fonética as diferenças são pouco numerosas, nos planos gramatical e discursivo o contraste é radical. Consideramos que a “*africanidade*” de Balbina se revela, fundamentalmente, pela incapacidade de manipular a flexão nominal de gênero e a flexão verbal de tempo-pessoa, por nomear-se - (“*preta véia*”) - como fazem também as crianças pequenas - em lugar de assumir a forma pronominal própria ao sujeito do discurso, e finalmente pelo uso da forma “*zêri*”.

Realidade? Invenção? Ou melhor- como considerar, efetivamente, o testemunho do *REI NEGRO* em relação à linguagem de escravos? Muito oportunamente, Amadeu AMARAL (1914), no seu já clássico trabalho *O dialeto caipira*, faz duas constatações extremamente relevantes para o presente trabalho.⁸ Na primeira delas, AMARAL (1914) diz: “Um fato que merece menção, apesar de pertencer mais ao linguajar dos pretos boçais do que propriamente ao dialeto caipira: a invariabilidade genérica do pronome ele, junto à invariabilidade numeral. Quando se trata de indicar pluralidade, o pronome o pronome êle se pospõe ao artigo definido *os* e tanto pode referir-se ao gênero masculino, como ao feminino: *osêle, zêle foro zimbora* - eles (ou elas) foram-se

⁸ Muitas das características do dialeto caipira apontada por AMARAL (1920) coincidem com fatos observados na fala dos escravos do *REI NEGRO*.

embora.” (p.73). Não só é tentador como muito plausível a identificação do “zêri” da Balbina de COELHO NETO-1914 com o “zêle” de AMARAL- 1920.

A segunda observação não faz referência à linguajar de negros, mas avaliada no contexto da afirmação do próprio (1914) de que a população negra representava um dos fatores da diferenciação dialetal caipira de São Paulo, revela-se também interessante para nosso estudo. Segundo (1914), o dialeto caipira omite o artigo:

- para “indicar o sujeito vagamente determinado, isto é, um indivíduo qualquer de uma classe ou indivíduos quaisquer de uma classe.” (p. 74) como em *Mamono tá rebentando* (O mamono está, os mamonos estão rebentando.).
- e também antes de sujeito determinado, como em *Chuva tá caíno* (A chuva está caindo

O paralelo entre os exemplos de (1914) e os de Macambira e Balbina parecem evidentes. Consideremos a propósito os exemplo de:

- Macambira: “*Abeia cunhece dono.*” (A(s) abelha(s) conhece(m) o(s) dono(s)), “*Tempo tá bom, tropa é sigura.*” (O tempo está bom, a tropa é segura.).
- Balbina: “*É, sés faz as cõsa, nêgo é qui paga.*” (... o(s) negro(s) é que paga(m)), “*Cõsa parece qui tá hi. Barriga caiu...*” (A coisa está aí. A barriga caiu...).

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Os dados existentes na fala dos escravos dos escravos do *REI NEGRO* se prestam a um trabalho de análise muito mais amplo e detalhado do que a breve descrição apresentada aqui. Mas, mesmo enquanto simples arrolamento, o conjunto de fatos retirados das falas de Macambira e de Balbina se mostra interessante pelas indagações que somos levados a fazer diante dele.

Tomados como registros históricos de uma dada realidade linguística, - a nítida distinção entre a fala de escravos e senhores - os fatos observados nos permitem olhá-los como indicadores da constituição de uma variedade de português etnicamente marcada durante o escravidão no Brasil?

Como entender a enorme coincidência entre os fatos observados na fala de Macambira (e também na de Balbina) e fatos observáveis em variedades não padrões e coloquiais do português brasileiro atual?

A propósito das indagações acima - para as quais não temos respostas definitivas vale considerar o trabalho de Yeda Pessoa de CASTRO (1980). CASTRO (1980) aponta o papel fundamental dos escravos ladinos e crioulos, que representavam a maioria da população escrava brasileira já no século XVIII, na formação de uma variedade de português chamada por ela de dialeto rural. Tais escravos ladinos e crioulos responsáveis pela socialização linguística dos escravos boçais e dos africanos recém-chegados eram geralmente bilíngües. E por interagirem duplamente - no mundo social dos escravos e dos senhores - não só “aportuguesaram os africanos” (CASTRO

(1980): p. 18) como imprimiram marcas de africanidade no português brasileiro. A autora indica também que fatores linguísticos como coincidências entre os sistemas fonológicos do português e das línguas africanas majoritariamente representadas no Brasil (as línguas quimbundo, quicongo e umbundo do grupo banto, e as línguas iorubá ou nagô e mina ou jeje do grupo kwa).

Muito se discute sobre a questão das características do português brasileiro frente ao de Portugal, particularmente em relação às variedades não padrões. É verdade que algumas dessas características não são estranhas ao conjunto das línguas românicas e mesmo a dialetos portugueses (Cf. BOLÉO (1943)). Mas, o peso da população de origem africana ao longo da história brasileira não pode ser subestimado. Afinal, não deixa de ser impressionante uma estatística da população brasileira relativa aos anos de 1817/18:

- no total de 3 817 9000 habitantes, havia 2 515 5000 pessoas de origem africana - ou seja 585 5000 livres de cor, 1728 000 escravos negros e 202 000 escravos mulatos ao lado de um contingente de 1302 400 pessoas, constituído por 1043 000 brancos e 259 400 índios.

BIBLIOGRAFIA

ALKMIM, Tania Maria (1995). *Fala de escravo: estudo de um caso de representação. Leitura: Teoria e prática*. 25, 42-6.

AMARAL, Amadeu (1920). *O dialeto caipira*. 3 a. ed, S. Paulo, HUCITEC, 1976.

BOLÉO, Manuel Paiva (1943). *Brasileirismos*. Brasília. 3, 3 -82.

CASTRO, Yeda Pessoa de (1980). **Os falares africanos na interação social do Brasil Colônia**. Centro de Estudos Baianos. Universidade Federal da Bahia.

COELHO NETO, Henrique M. (1914). *Rei Negro. Romance bárbaro*. in COELHO NETO. *OBRA COMPLETA*. Rio, Aguilar, 1958.

CONRAD, R. (1972). **Os últimos anos da escravidão no Brasil.- 1850-1888**. 2a. ed., Rio, Civilização Brasileira, 1978.

MENDONÇA, Renato (1933). **A influência africana no português do Brasil** 3a.ed., Porto, Livraria Figueirinhas, 1948.

SAYERS, R. S. (1958). **O negro na literatura brasileira**. Rio, Edições O Cruzeiro -

SILVA NETO, Serafim (1950). **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio, Presença, 1977).